

Encontro de Saberes Tradicionais Yva'a Reguá: formação de redes e segurança alimentar e nutricional entre os Mbya Guarani na região metropolitana de Porto Alegre, RS



Introdução e objetivos

A autonomia na segurança alimentar e nutricional (SAN) das aldeias Mbya Guarani na região metropolitana de Porto Alegre está comprometida em função da morosidade dos processos de demarcação de seus territórios, impedindo que sua agricultura tradicional possa ser realizada de forma adequada

Neste contexto, busca-se compreender as formas de articulação e as demandas guarani para o fortalecimento da SAN

Metodologia

A metodologia, baseada na pesquisa-ação, constou da etnografia do Encontro realizado na Tekoá Anhetenguá. Como atividade do projeto "Fortalecimento das agroflorestas no Rio Grande do Sul", foi pautada a necessidade de implementar ações efetivas voltadas à melhoria de condições ambientais nas áreas indígenas, que possam articular segurança alimentar, saúde e biodiversidade tendo como base o fortalecimento do sistema tradicional de manejo agroflorestal. Estiveram presentes 150 pessoas de 8 aldeias da região metropolitana e representantes de 10 instituições

Resultados e Conclusões

O conselho de caciques presente no Encontro considerou o momento de união entre as aldeias e os parceiros não-indígenas. Optou-se por trazer como resultados uma série de considerações expostas em uma carta-manifesto redigida a partir do evento. Avalia-se que esta ação vem a fortalecer a rede sociocultural guarani e das instituições relacionadas, consolidando o espaço de mediação entre o Estado e os Guarani



Autores:
José Cirilo Pires Morinico; Ariel Souza Gonçalves; Rodrigo Rasia Cossio; Marcus Vinicius de Souza Mouzer; Rafaela Biehl Printes; Gabriela Coelho de Souza; Luis Paulo Vieira Ramos



Tekoá Capivari (Acampamento Capivari)

1º) O povo Mbya Guarani sofre pela perda de seu território tradicional. Exige-se, em primeiro lugar, o reconhecimento dos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, com a demarcação das terras. Os caciques e as lideranças estão cansados de esperar e reivindicam também ações por parte do Estado e prefeituras para solucionar a questão fundiária.

2º) Os Mbya Guarani têm sua própria leitura da palavra sustentabilidade, e para alcançá-la, necessitam de espaços adequados para que os *karai* e *kunha karai* desenvolvam a espiritualidade do povo Guarani. A sustentabilidade só será possível quando houverem terras demarcadas ou adquiridas, apropriadas para a agricultura tradicional com matas ricas em plantas e animais, mel e água.



Tekoá Pindó Mirim (Aldeia Itapuá)

3º) As dificuldades enfrentadas pelas comunidades Mbya Guarani são decorrentes do processo de colonização e desenvolvimento propagado pelo governo, de políticas oficiais contrárias aos povos indígenas e descaso do Estado. Sendo assim, o povo Mbya Guarani deveria ser indenizado pelo governo. Se terras foram "desapropriadas" para dar lugar à cidades, outras deveriam ser adquiridas; se barragens foram construídas em território indígena, não deveria ser cobrada a energia elétrica nas aldeias; se estradas foram feitas cortando terras tradicionais, os Mbya não deveriam pagar passagem para se locomover, e parte da arrecadação de pedágios deveria ser destinada às comunidades. Em outras palavras, se o Estado assumisse sua responsabilidade, as comunidades teriam melhores condições e recursos para gerir conforme seu interesse, podendo buscar parcerias ou não, mas sem depender de fontes externas.



4º) Não foram os Mbya Guarani os responsáveis pela devastação da natureza portanto não deveriam ser responsabilizados pela conservação de fragmentos de mata ou por reflorestamentos. As aldeias estão, na sua maioria, confinadas em áreas muito pequenas, e não há espaço para viver bem. Se houvessem terras demarcadas haveriam mais florestas, pois quem faz o mato crescer é Nhanderú. Os Mbya Guarani sofrem com a falta de áreas de mato, de plantas medicinais, de caça; com a falta de uma alimentação natural.

5º) As lideranças Mbya Guarani estão dispostas a trabalhar em parceria com universidades e ONGs mas exigem clareza quanto a objetivos de pesquisa e retorno às comunidades. Acima de tudo, exige-se união entre as diferentes instituições e órgãos governamentais, em comprometimento com a luta indígena.



6º) Faz parte da visão de mundo do *jurua* (não-indígena) pensar separadamente. Terras, saúde, agricultura, educação, plantas frutíferas, plantas medicinais, etc. Para o Guarani é diferente. Por exemplo, todas as plantas são medicinais. A própria relação com a natureza é medicinal. Sendo assim, um projeto que visa fortalecimento da agricultura e melhoria de condições ambientais está ligado também à saúde. Mas para ter boa saúde, é necessário também dormir bem, não passar frio, ter água boa para beber, etc. Ou seja, um projeto não pode ficar limitado, e por isso também a necessidade do trabalho com parcerias.



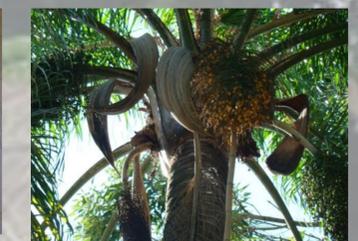
Tekoá Yataity (Aldeia Cantagalo)

Tekoá Ka'aguy Mirim (Aldeia Aracuá)

7º) As comunidades indígenas não podem ser privadas de tecnologias criadas pelos *jurua*, e devem ter autonomia para gestão de suas terras.



Tekoá Nhuundy (Aldeia Estiva)



Tekoá Pindó Poty (Acampamento Lami)



Tekoá Anhetenguá (Aldeia Lomba do Pinheiro)



Tekoá Yy Ryapú (Aldeia Granja Vargas)

Apoio: CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Execução: EMATER/RS
ASAR

UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PGDR
PROGRAMA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

DESMA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA SOCIAL, MÓDULO DE ECONOMIA SOCIAL E POLÍTICA